

Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

Longas viagens: canoas e intercâmbios nas Guianas

Long trips: canoes and exchanges in the Guianas



Lucia Hussak van Velthem

Museu Paraense Emilio Goeldi - MCTIC, Belém, Pará, Brasil.

2

Resumo: A preocupação central do artigo é etnográfica e sob esta perspectiva enfoca canoas e remos, como são produzidos, utilizados e reciclados pelos Wayana, um povo indígena de língua karib do norte do estado do Pará. Na vida cotidiana, o papel desses implementos é estratégico na produção alimentar – agricultura, pesca, caça - assim como no estabelecimento de relações sociais e de intercâmbios. As canoas e remos dos Wayana representam bens materiais advindos do contato, estabelecido no passado com povos afrodescendentes da Guiana Francesa e Suriname e assim patenteiam uma continuidade histórica, mas se submetem, no presente, a processos criativos de elaboração formal e conceitual, e a uma incorporação cultural de um ponto de vista estético e valorativo. Palavras-chave: Amazônia, Planalto das Guianas, índios Wayana, cultura material canoas, remos.

Abstract: The central concern of the article is ethnographic and, therefore, focuses on canoes and paddles as they are produced, used, recycled by the Wayana, a Karib-speaking indigenous people from the north of the state of Pará. In the daily life their role is strategic in food production - agriculture, fishing, hunting - as well as in the establishment of social relationships and exchanges. The canoes and paddles represent material goods arising from contact, established in the past with Afro-descendant peoples from French Guiana and Suriname. They show a historical continuity, but at the present time they undergo creative processes of formal and conceptual elaboration, which allow their cultural incorporation from an aesthetic and evaluative point of view.

Keyword: Amazon, Guiana Plateau, Wayana Indians, material culture, canoes, paddles.

3

Submetido em 06 de dezembro de 2019.

Aceito em 13 de março de 2020.

Para a antropologia, os pesquisadores que se debruçam sobre as expressões materiais de determinada sociedade humana realizam estudos de “cultura material”, também definidos como “ergologia” e “antropologia material” (cf. Newton, 1986). No passado, as análises priorizavam os aspectos técnicos, materiais e formais dos objetos e se apoiavam em classificações que os agrupavam em categorias artesanais, tais como cestaria, cerâmica, plumária, tecelagem, entalhe, as quais permanecem operativas para o registro de dados culturais de natureza material¹.

Considera-se atualmente que a complexidade e a riqueza das informações agregadas as coisas² criadas pelo homem, requerem o desenvolvimento de análises igualmente complexas, o que pressupõe a contribuição de várias disciplinas, entre as quais se destacam, além da antropologia, a arqueologia, a história, a filosofia, a sociologia, a biologia. Após se alternarem entre duas tendências, uma privilegiando elementos específicos das formas materiais e outra se dedicando aos diferentes sentidos da materialidade em si, as abordagens antropológicas da cultura material passaram a fornecer tanto uma perspectiva teórica e conceitual, quanto a enfatizar o contexto cultural, o qual transmite sentido e significado aos objetos (cf. Velthem, 2003).

No fazer antropológico das últimas décadas, os estudos de cultura material passaram a incorporar outras perspectivas, entre as quais os estudos voltados para o que se convencionou denominar de “artes indígenas³”, o que permitiu lançar uma nova luz sobre este campo de pesquisa rico e complexo. Neste panorama é repensada a própria noção de artefato, o que permite abordar questões que extrapolam as dimensões estritamente conectadas com a materialidade.

¹ Em relação à cultura material dos povos indígenas no Brasil, estudos tipológicos e classificatórios foram conduzidos de forma pioneira por Berta Ribeiro desde a publicação, em 1957, de “Bases para uma classificação dos adornos plumários dos índios do Brasil”. Estes estudos culminaram com a elaboração de um tesouro, “Dicionário do artesanato indígena”, publicado em 1988 e que permanece atual para efeitos de identificação e classificação de artefatos indígenas e, sobretudo, dos que integram coleções museológicas.

² Segundo vários autores, como Santos Granero (2009) este seria um termo mais amplo e menos passivo. Prefiro os termos “objeto” e sobretudo “artefato” devido a sua etimologia - “feito com arte” pois expressaria mais corretamente, a meu ver, as intenções dos povos indígenas.

³ Cf. Lagrou e Velthem (2018) para o detalhamento desses trabalhos.

dade mesma das coisas ou então com a exclusiva consideração dos objetos dotados de valorização estética ou ritualística.

Nas análises que surgiram nesse contexto de renovação, passaram a ganhar relevo os temas relacionados com o estatuto ontológico de imagens, a corporalidade dos objetos, as capacidades agentivas e transformacionais dos artefatos e dos sistemas gráficos e suas conexões com as categorias socioculturais (cf. Lagrou e Velthem, 2018). A partir desses enfoques ampliou-se a compreensão do campo da materialidade e, assim, destacou-se o fato de que os artefatos são considerados, pelos povos indígenas amazônicos, como subjetividades que compartilham com os humanos de uma série de faculdades, tais como a antropomorfia e a existência uma vida social (cf. Santos Granero, 2009).

Os objetos, produzidos e utilizados pelos povos indígenas das terras baixas da América do Sul se distinguem pela diversidade, beleza e eficácia funcional e simbólica. Congregam múltiplos saberes e informam a respeito de formas de adaptação ecológica, técnicas de manufatura, modalidades econômicas, organização comunitária ou familiar, atividades sociais ou rituais, modos de pensar o mundo e estruturar cosmologias e, também, sobre preceitos éticos e concepções estéticas e arte (Vidal e Silva, 1992; Vidal 2001). Esses parâmetros, que dizem respeito a aspectos materiais e imateriais, não devem ser considerados como áreas separadas, mas como um conjunto único e coerente de manifestações múltiplas, complexas e profundamente interdependentes. Os artefatos indígenas não se explicam por eles mesmos, pois estão inseridos em um mundo multiforme que contém elementos de formulação e de reformulação, o que permite articular categorias simbolicamente ativas aos aspectos estritamente técnicos.

Essas considerações permitem destacar o fato de que os objetos criados pelos povos indígenas não possuem apenas um fim

utilitário, mas constituem mediadores para as relações humanas de diferentes ordens - familiares, comunitárias, extracomunitárias - participando, assim, da construção de representações simbólicas e se integrando tanto aos discursos como às práticas (cf. Bonnot, 2002), sejam elas cotidianas ou rituais. Ademais, os objetos destacam-se no campo específico das incorporações, porque sendo móveis, podem trocar de mãos, o que ocorre através de redes de intercâmbio, estabelecidas ao longo do tempo e do espaço. Neste sentido, mecanismos são desenvolvidos para que elementos alógenos, como as canoas, possam ser aceitos e incorporados culturalmente, como se procurará demonstrar no presente artigo.

É preciso destacar que em um primeiro momento a designação da revista Hawò - canoa na língua dos Iny/Karajá, em que este artigo pretende ser publicado, determinou a eleição do tema a ser tratado nas páginas que seguem. A escolha desta temática é pertinente, pois os estudos antropológicos a respeito das canoas ainda são muito reduzidos e, ao contrário de outros tópicos, relacionados com a materialidade, tais como a plumária, a cerâmica, a cestaria, os meios de navegação não lograram atrair o interesse dos estudiosos⁴.

A preocupação central do artigo é etnográfica e, portanto, enfoca canoas e remos — seus companheiros inseparáveis — produzidos, utilizados e reciclados pelos Wayana⁵, um povo indígena de língua karib do norte do estado do Pará. Porque permitem singrar os rios, porque vão e voltam, canoas e remos desempenham um papel importante na vida cotidiana dos Wayana. Esses implementos são estratégicos nos deslocamentos necessários para a produção alimentar, assim como no estabelecimento de relações sociais e comerciais. Em viagens próximas e distanciadas, levam e trazem pessoas em seu bojo, pois constituem, em certa medida, “recipientes”,

⁴ Como destacaram Gow (2012) e Nicolizas (2020). O primeiro autor descreve os prováveis motivos desse desinteresse.

⁵ O presente texto menciona os Wayana e Aparai nos aspectos históricos, mas as referências etnográficas se referem aos Wayana exclusivamente. O artigo apresenta dados colhidos em pesquisa de campo de forma não sistemática. Durante o longo tempo — 1975 a 1991 — em que realizei sucessivas estadias entre os Wayana a intimidade com as canoas e os remos era bastante grande, pois participei de inúmeras viagens, curtas e longas, de idas às roças, de pescarias com timbó, e até aprendi a remar... Ao longo dos anos fiz anotações sobre os itens em pauta, mas jamais me dediquei ao seu estudo aprofundado, como foi o caso da cestaria e de outras técnicas artesanais.

assim como o são outros tipos de canoas, encontradas nas aldeias, mas que não viajam, pois, acondicionam bebidas fermentadas.

O texto destaca inicialmente que as canoas monóxilas constituem bens materiais advindos do contato. Os relatos da história do Planalto das Guianas indicam que canoas realizavam longas viagens, no estabelecimento de redes de relações entre os povos afrodescendentes e povos indígenas que compartilhavam um mesmo território⁶. Nesse contexto, os conhecimentos para a sua confecção foram repassados pelos primeiros aos Wayana e a outros povos de língua karib, tais como os Tiriyo e Aparai.

As atuais canoas e remos dos Wayana patenteiam uma continuidade histórica, mas também apresentam elementos de mudança, de adaptação às contingências ecológicas do território que habitam. Como será descrito, esses objetos materiais constituem o resultado de processos criativos de elaboração formal e conceitual. Ademais, canoas e remos são componentes de uma essencialidade ontológica que se revela através de sua incorporação cultural de um ponto de vista estético e valorativo.

7

Intercâmbios no Planalto das Guianas

Nas fontes históricas do século XVIII e XIX, os Wayana são identificados pelos viajantes franceses como *Ouayanes*, *Rocoyen* ou *Roucuyennes*, devido a sua característica pintura corporal à base de urucu⁷. Os relatos em língua portuguesa do século XIX os nomeiam, pelo mesmo motivo, como *Rucuianas*, *Urugiiana*, *Urukuyana*. Nos escritos dos viajantes deste período, as designações *Appirois* e *Apareilles* são as que identificam os Aparai, mas não

⁶ Para o detalhamento destas questões ver Gallois (org.) 2005) e em especial Barbosa (2002, 2005 e 2007).

⁷ *Bixa orellana*.

há referências precisas sobre sua antiga denominação. Segundo a tradição oral, os Wayana atuais resultam da união com remanescentes de vários grupos indígenas karib, entre os quais os *Upului*, *Pupuriyana*, *Arakapai*, *Kukui*. (cf. Gallois, 1986, Velthem, 2003). Um processo de fusão matrimonial está operante há longa data entre os Wayana e os Aparai, e passou a incluir, mais recentemente, outros povos de língua karib, os Tiriyo e Katxuyana, e também de língua tupi, como os Wajãpi. Esta dinâmica se deve ao fato destes povos compartilharem um mesmo território, compreendido atualmente pela Terra Indígena Parque do Tumucumaque e a Terra Indígena Rio Paru d'Este, no norte do estado do Pará (Figura 1).

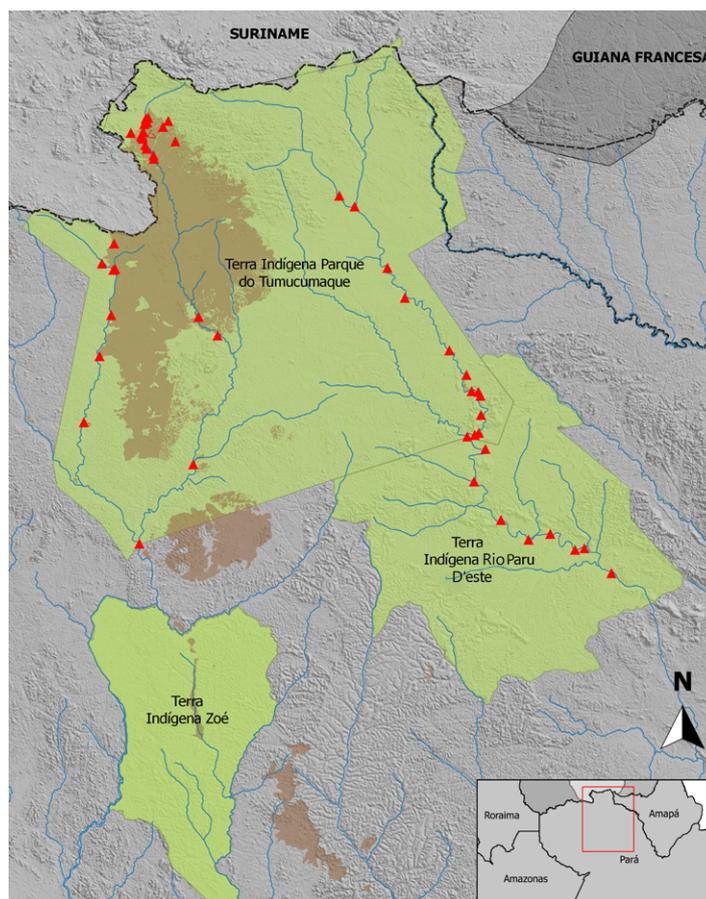


Figura 1 - Mapa da região das Guianas, destacando a TI Parque do Tumucumaque e Rio Paru d'Este e assinalando as aldeias. Fonte: Fabrício Amorim, 2019.

O território dos Wayana e Aparai era muito mais vasto no passado. No século XVIII compreendia ao norte, na Guiana Holandesa (Suriname) e na Guiana Francesa, a bacia dos rios Aletani, Maroni, Paloemeu, Mapahoni e ao sul, no Brasil, os rios Jari, Paru de Leste, Maicuru e Curuá de Alenquer. Neste país, tal situação permaneceu inalterada até meados do século XX, mas em 1959 o Rio Maicuru foi abandonado, e no início da década de 1980⁸, os Aparai mudaram-se para o Rio Paru de Leste, deixando o Rio Jari. A opção preferencial para a instalação das aldeias era nos afluentes dos grandes rios, decisão operante até meados do século XX, pois eram ocupados os rios Xitaré, Kapuku, Tapekuru, tributários do Rio Paru de Leste. No presente, as aldeias se distribuem sobretudo pelas margens ou em ilhas deste rio, mas seus afluentes continuam a ser frequentados em incursões de caça, pesca ou para a coleta de matérias primas.

A tradição oral e as fontes históricas, primárias e secundárias, informam que os Wayana que viviam ao norte tiveram contatos esporádicos com europeus de procedência diversa: holandeses, portugueses e particularmente com os franceses das *habitations*, ou unidades de exploração agrícola (Collomb, 2006, p. 244). Desde o início, tais contatos foram assimétricos: o governo colonial francês considerando, desde o século XVII, os indígenas como homens livres e os colonos sendo responsáveis por conflitos, pela escravidão e pela introdução, entre os povos indígenas, de doenças altamente contagiosas⁹. Incitados pelos colonizadores, foram igualmente beligerantes os primeiros encontros, no século XVIII, dos Wayana com os escravos africanos revoltosos, originários dos estabelecimentos agrícolas, as, do litoral da Guiana Holandesa e da Guiana Francesa¹⁰. Os descendentes desses escravos formaram neste vasto território comunidades autônomas, que são refe-

⁸ Cf. Hurault (1972), Schoepf (1972), Nimuendaju (1981) sobre a localização antiga dos Wayana e Aparai.

⁹ Cf. Hurault, (1972), Grenand e Grenand, (1979).

¹⁰ Segundo Price e Price (2003, p.52) vários desses estabelecimentos pertenciam a judeus portugueses vindos do Brasil.

ridas de modo genérico como *maroon*¹¹ no Suriname e *marron* ou *buschinengé*¹² na Guiana Francesa.

Após diversos conflitos, ocorridos na Guiana Holandesa entre 1765 e 1793¹³, os Aluku se refugiaram no extremo sul da Guiana Francesa, no território então ocupado pelos Wayana, no interflúvio dos rios Maroni, Paru e Jari. Tornando-se comunidades livres, os *maroon/marron* intensificaram as relações amistosas com os Wayana, o que permitiu o desenvolvimento de trocas interculturais¹⁴. A partir do final do século XVIII, os Wayana tornaram-se inacessíveis, devido ao controle exercido pelos *marron* e que perdurou por várias décadas, impedindo o estabelecimento de relações com outros povos indígenas e com colonizadores e viajantes (Schoepf, 1972, p. 34).

Durante o século XIX e o início do XX, ativas redes de intercâmbio foram estabelecidas pelos *maroon/marron* do Suriname e Guiana Francesa com os povos karib norte-amazônicos e, mais especificamente, dos Ndyuka com os Tiriyo e dos Aluku com os Wayana¹⁵. O prolongado e intenso intercâmbio com os povos afrodescendentes propiciou o repasse aos Wayana e posteriormente aos Aparai, de conhecimentos sobre a fabricação e uso de canoas de madeira, assim como de remos e implementos domésticos, tais como as espátulas. Ademais, os povos indígenas mencionados adotaram peças do vestuário *maroon/marron* que são apreciadas e utilizadas até o presente, tais como as tangas de tecido industrial de uso cotidiano, e um complemento da indumentária ritual masculina que é feito de tecido listrado e multicolorido.

Na região das Guianas, os circuitos organizados de troca, envolvendo diferentes povos indígenas, foram estruturados em uma

¹¹ Derivado do espanhol *cimarrón*, os termos *marron/maroon* foram aplicados, desde meados do século XVI, aos escravos fugidos em Hispaniola (Ilha de São Domingos). Esses povos mantiveram-se independentes na Guiana Francesa e Suriname e constituem na atualidade seis grupos distintos: Ndyuka (Djuka), Saamaka (Saramaka), Matawai, Kwinti, Aluku(Boni), Pamaka (Paramaka), os quais são componentes ativos da vida econômica e cultural desses países segundo Price e Price, (1980, 2003), Polimé, (2014).

¹² Price e Price, (2003, p. 7) informam que o termo *buschinengé* é preferencialmente utilizado pelos Aluku na Guiana Francesa devido as suas conotações políticas.

¹³ Cf. Crevaux, ([1876-1879]1987), Hurault (1972), Stedman ([1796]1972) e Price e Price (2003) sobre as guerras ocorridas nas Guianas entre os escravos revoltosos e os colonizadores.

¹⁴ Hurault, (1972, p. 169), Grenand e Grenand, (1979, p. 369).

¹⁵ Cf. Frikel (1973) para os Tiriyo e Schoepf, (1972), para os Wayana.

época longínqua, pois são mencionados pelos primeiros exploradores no século XVII (Gallois, 1986, p.193). Esses circuitos se caracterizavam pelo fato de que os elementos trocados eram o fruto de especializações. Assim, cada povo indígena transportava objetos específicos que eram permutados por outros manufaturados ou por matérias-primas especiais, destinadas à confecção de ornamentos corporais.

Nesses circuitos foram incluídos, muito rapidamente, objetos e materiais trazidos pelos europeus. Assim, no final do século XVIII, o sistema vigente cedeu lugar a extensas redes de comércio¹⁶ baseadas no intercâmbio de produtos industriais - facas, anzóis, terçados, machados, tecidos, contas de vidro e outros artigos - por objetos manufaturados, tais como arcos, redes de dormir, adornos plumários e, também, cães de caça e produtos extrativos de origem vegetal (Velthem, 2010). A chegada dos utensílios de ferro permitiu aos indígenas do interior ampliar o tamanho das roças e multiplicar os locais de sua abertura e, conseqüentemente, da implantação das aldeias (Grenand e Grenand, 1979, p. 366)

Os bens industriais europeus provinham das colônias holandesa e francesa, cujos representantes comerciavam diretamente com os povos indígenas e com os *maroon/marron* localizados às margens dos principais rios. Posteriormente, esses produtos eram repassados aos povos interioranos, em sucessivas e demoradas viagens por caminhos traçados na mata e percorridos a pé. As viagens não seguiam os cursos dos rios, inclusive porque muitos povos indígenas não possuíam canoas. Segundo Claude Tony ([1763] (1843, p. 234) este era o caso dos *Roucouyennes* (Wayana) em meados do século XVIII, que viajavam a pé porque não eram afeitos à navegação pela falta de canoas. As florescentes redes de comércio se desdobravam em um verdadeiro complexo de redes subsidi-

¹⁶ Ver a esse respeito Hurault, (1972,) Porro, (1985), Gallois, (1986), Farage, (1991).

árias e nenhum dos grupos participantes, inclusive os europeus, tinha total conhecimento de sua amplitude e da diversidade das relações e parcerias envolvidas, aspecto que permaneceu inalterado até a primeira metade do século XX (Barbosa, 2005, ps. 68 -9).

Na vertente brasileira, os Aparai, por habitarem o baixo Rio Paru de Leste foram os primeiros a estabelecer, ainda no século XIX, uma série de contatos com os moradores da foz deste rio, identificados como caboclos. Ao adentrarem o território indígena, esses indivíduos carregaram epidemias virulentas que ocasionaram muitas mortes, o que certamente contribuiu para que os Aparai e Wayana definissem o homem branco enquanto um ser hostil, um inimigo (cf. Velthem, 2002). Esses forasteiros foram substituídos, no século XX, por levadas sucessivas de trabalhadores das frentes extrativistas, representados principalmente por balateiros, garimpeiros e gateiros que passaram a atuar no baixo curso do Rio Paru de Leste e que eram controlados por patrões¹⁷.

Os Aparai e também os Wayana, ao longo dos anos, estabeleceram relações com as frentes de trabalho extrativo, engajando-se em atividades de corte da balata, nas quais estavam submetidos ao sistema de aviamento. Também forneciam aos balateiros e posteriormente aos garimpeiros, produtos da caça e da pesca e determinados implementos, os principais sendo representados por remos e canoas. Contudo, essas transações se pautavam quase sempre pela desigualdade, pois os preços efetivamente pagos pelos extrativistas eram sempre inferiores aos demandados pelos indígenas¹⁸.

A frequência das incursões dos extrativistas diminuiu a partir de 1970, devido ao surgimento de diferentes formas de controle territorial e social na região habitada pelos Aparai e Wayana¹⁹. As principais foram a abertura de uma pista de pouso no alto curso

¹⁷ Cf. Barbosa (2002, 2005, 2007) sobre uma detalhada etnografia das redes de intercâmbio nesta região.

¹⁸ Em uma transação entre um aparai e um garimpeiro, efetivada em 1984, o remo que estava sendo vendido fora avaliado pelo primeiro em 5 mil cruzeiros e a canoa de 30 palmos em 100 mil. Contudo, o garimpeiro pagou apenas 45 mil pela canoa e 2 mil cruzeiros pelo remo, o que equivaleu a 6 gramas de ouro.

¹⁹ Cf. Schoepf, (1972); Ricardo e Gallois (1983), Barbosa, (2002, 2005).

do Rio Paru de Leste e do início de voos regulares da FAB (Força Aérea Brasileira), e da instalação de um posto da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) na mesma localidade. Contudo, até o final da década de 1980 alguns extrativistas remanescentes, ainda viviam no território indígena. Os garimpeiros passaram a se concentrar na localidade de Anatum, no médio Rio Paru de Leste onde permanecem até o presente, explorando ouro nas imediações e atraindo jovens indígenas, inclusive de aldeias muito distanciadas, instaladas no alto curso deste rio, para um período de trabalho, como pôde ser constatado em 2015.

O breve histórico apresentado deve ser completado com a compreensão da categoria “outro/estrangeiro” como é articulada pelos Wayana²⁰. Tal categoria está atravessada por dimensões históricas e cosmo-históricas que são intermediadas por uma situação de contato, onde prevalece o sistema de troca. Neste contexto, a designação *iepé* se aplica a uma relação de troca preferencial e regular que é estabelecida entre dois indivíduos²¹. Igualmente significativas são as dimensões de caráter classificatório, relacionadas com a alteridade e que identificam os não-índios em duas categorias: a dos brancos (*kalaiwa*), que inclui os europeus e os brasileiros e a dos negros (*mekolo*), cujos representantes são os negros brasileiros, os crioulo e os *maroon/marron* guianenses.

Entre os Wayana, a humanidade dos seres é circunscrita pela designação *arnë*, e os engloba, assim como os demais povos indígenas e também os brancos e os negros. Em um nível mais inclusivo, os humanos se subdividem entre duas categorias opostas: os parentes (*wekê*) e os falsos ou não-parentes (*wekê tapek*). A primeira identificação é atribuída, de modo exclusivo, a outros wayana e aos aparai, pois esses representam os parentes propriamente ditos, sejam eles consanguíneos ou afins. A categoria dos

²⁰ Cf Velthem, (2002, 2010) sobre o detalhamento dessas categorias.

²¹ Cf Ricardo e Gallois, (1983), Barbosa, (2005) e Collomb (2006, p. 283). Este último informa que o termo banaré foi utilizado nos tempos coloniais na Guiana Francesa com a mesma conotação.

não-parentes, abrange os humanos conhecidos, com os quais são estabelecidas relações mais ou menos duradouras, tais como funcionários da FUNAI, antropólogos, militares, professores, missionários, e no passado, os balateiros, os gateiros e os garimpeiros que chegaram ao Rio Paru de Leste. Entretanto, os componentes por excelência dessa categoria são os outros povos indígenas que ocupam o mesmo território dos Wayana e que hoje são representados pelos Wajãpi, Tiryó, Katxuyana, Akuryo. Na mesma categoria são incluídos os Galibi, Palikur e Karipuna, que habitam o norte do Estado do Amapá e mais distanciados territorialmente.

Na atualidade, os Wayana e Aparai das Terras Indígenas Parque do Tumucumaque e Paru d'Este, estabelecem contatos frequentes com os habitantes de outras aldeias, por ocasião de reuniões, assembleias e oficinas. Encontros com povos indígenas de outras regiões se concretizam quase que exclusivamente em centros urbanos, nas cidades de Oiapoque, Macapá, Brasília, por ocasião de assembleias, encontros, comemorações, diretamente relacionadas com suas associações e com as reivindicações políticas, conduzidas pelo movimento indígena.

Canoas e remos: fabricação, utilização e reciclagem

Canoas e remos constituem elementos fundamentais para os deslocamentos entre as comunidades, para as atividades pesqueiras, para o desenvolvimento das redes de troca. Cabe, portanto, um olhar mais atento a esses objetos culturais dos Wayana e Aparai que são pouco conhecidos, ao contrário das canoas dos *maroon/marron* do Suriname e Guiana Francesa, que foram alvo de estudos aprofundados²².

²² Ver Hurault (1965), Price (1980), Hurault, Grenand e Grenand (1998), Grébert (2001), François (2015) sobre esses tipos de canoas.

Em tempos passados, antes de conhecerem as canoas monóxilas, os Wayana indicam o emprego de canoas produzidas com a casca de uma variedade de jatobá (*mëpuk*)²³. Caracterizavam-se por possuírem pouca espessura, aspecto que também é encontrado nas canoas de casca²⁴ de outros povos indígenas de língua karib. As extremidades da canoa analisada²⁵ são em ponta, costuradas com cipó titica (*mami*)²⁶, material que também prende as varas que reforçavam as laterais, os travessões e os bancos. Segundo as informações colhidas, estas canoas não permitiam longas viagens e eram usadas sobretudo para atravessarem estreitos igarapés, afluentes do Rio Paru de Leste e Rio Jari. Um relato do século XIX indica que os Wayana só passaram a fazer grandes canoas após se instalarem nos grandes rios e que, anteriormente, porque viviam em pequenos rios, fabricavam canoas de casca de árvores (cf. Henri Coudreau, 1893).

Nos dias atuais, as canoas dos Wayana e Aparai, assim como a dos Tiriyo, reproduzem o aspecto formal das embarcações monóxilas dos povos *maroon/marron* do Suriname e Guiana Francesa²⁷. Tais canoas foram descritas por Jules Crévaux nos seguintes termos: “as *pirogues* (canoas) que os *nègres Bosch* empregam são feitas de um tronco de árvore escavado com golpes de machado; elas são muito longas, mas muito estreitas, a parte da frente e a traseira fortemente levantadas...seus remos são estreitos e muito alongados, possuem a forma de uma lança” (Crévaux ([1876-1879] 1987, p 77).

Os Wayana confeccionam dois tipos de canoas de troncos de árvores: as que são consideradas “grandes” (*kanawa*) possuem em média entre sete e nove metros de comprimento e de sete a oito bancos (Figura 2); as canoas definidas como “pequenas” (*kanawa tipaikem*) variam entre quatro e seis metros de comprimento e possuem quatro ou cinco bancos (Figura 3). A designação *kanawa*

²³ *Hymenaea* spp.

²⁴ Referências a respeito das canoas de casca podem ser encontradas em Goeje, (1910), Frikel, (1973), François (2015) e Arnold (2017).

²⁵ Trata-se de uma peça da coleção de Otto Schulz Kampfhel, (1935-1937), conservada no Museu Goeldi.

²⁶ *Heteropsis flexuosa*.

²⁷ Cf. Coudreau ([1887-1891] (1893), Crévaux, ([1876-1879]1987), Hurault, (1965, 1968, 1972,) Schoepf (1972), Frikel, (1973), Gallois (1986).

é comum a outros povos de língua karib, tais como os Aparai, Galibi Kalina e os Tiriyo²⁸ para identificar a canoa monóxila. Trata-se de um vocábulo antigo e amplamente disseminado nas Guianas e nas ilhas do Caribe. Grafado como *canaouwa*, foi mencionado por Charles de Rochefort em 1662 para identificar a "pirogue ou grande barco dos selvagens e como *kanaoa* foi referido pelo Père Breton em 1665 para designar as canoas de alto-mar dos povos das Antilhas²⁹.



Figura 2- Canoas grandes e remo espatulado. Aldeia Maxipurimo
(Fotografia: Iori van Velthem Linke, 2018)

²⁸ Cf. Ahlbrink, (1956), Friel, (1973).

²⁹ Ahlbrink, (1956, p. 243) para a primeira referência e Nicolizas (2020, p. 91) para a segunda.



Figura 3 – Canoa no porto da aldeia Maxipurimo (Fotografia: Van Velthem - 2018)

A fabricação de uma canoa requer do artesão wayana variados conhecimentos, entre os quais os ambientais, conectados às matérias-primas empregadas, ao lugar onde podem ser encontradas e como devem ser colhidas. Saberes específicos referem-se aos locais e momentos favoráveis para esta fabricação, e também sobre as práticas propiciatórias e as evitações que contribuem para o resultado final. Conhecimentos técnicos são requeridos para o correto emprego do instrumental, o que inclui também o uso do fogo e de outras formas de processar a matéria-prima escolhida, conferindo à canoa o aspecto formal desejado, assim como os acabamentos necessários.

As etapas requeridas para a confecção de canoas são complexas³⁰ e compreende uma atividade masculina, mas não representa um empreendimento totalmente individual, devido a certas etapas que requerem o concurso de várias pessoas. Trata-se de uma atividade do final da estação seca, quando uma árvore específica é procurada, escolhida e derrubada com machado, na mata densa próxima. Com o início da estação chuvosa e a formação de pequenos igarapés, o tronco abatido pode ser transportado para a periferia da

³⁰ Infelizmente não será possível o seu detalhamento, mas apenas as linhas gerais desse processo.

aldeia. Este local específico (*ëütë etpi*) representa o mais encoberto de todos os espaços sociais, é protegido por bananeiras e arbustos que fornecem privacidade e a concentração necessária para a fabricação de uma canoa.

No Brasil, os Wayana, empregam variadas madeiras para a fabricação do corpo das canoas, as principais sendo o louro (*toto*) e duas etnovarietades dessa espécie (*huliju* e *waimë*)³¹. Também utilizam para este fim as madeiras provenientes da tatajuba ou garrote (*ëkupimë*), da cupiúba (*walima*) e da quaruba cedro (*kanawaimë*)³². As beiradas são formadas por estreitas tábuas que acompanham as laterais das canoas grandes, mas não se prolongam nas extremidades e são feitas, assim como os bancos, com madeiras específicas: freijó (*ëwokpimë*), mandioqueiro (*iliepu*)³³ e duas outras, não identificadas (*atajauku* e *iliepu*). As canoas pequenas não apresentam bordos laterais.

O tronco é inicialmente escavado com um machado e posteriormente com o auxílio de uma enxó, mas a beirada é alisada com uma plaina, usada em carpintaria. Trata-se de uma etapa fundamental, pois define a silhueta e a solidez da futura canoa. A forma definitiva é obtida pela ação controlada do fogo que permite afastar as laterais e escavar a parte interna (*kanawa akë*) que deve ser inteiriça e ter uma mesma espessura. Esse processo requer uma grande concentração e exige completo jejum alimentar do artesão e silêncio absoluto para a canoa não apresentar, ao final, fissuras e rachaduras nas laterais ou ficar deformada. Inicialmente são dispostas no solo uma fieira de achas de lenha meio verdes, incandescentes, sobre as quais a canoa é emborcada. A fiscalização da altura das chamas é constante para não queimar as bordas laterais. Aos poucos, outras achas são acrescentadas para ampliar o calor e bem aquecer a canoa. Quando aquecida é desvirada e se introduzem tra-

³¹ Lauraceae spp.

³² *Bagassa guianensis* Aubl., *Goupia glabra* Aubl., *Vochysia* spp, respectivamente.

³³ *Cordia goeldiana* Huber, *Didymopanax* sp., respectivamente.

ves para afastar as laterais e conformar o bojo. Durante o processo de queima, as extremidades da canoa são previamente protegidas com grandes folhas de bananeira. Em seguida, após o esfriamento, são confeccionados e aplicados os bancos (*ahmit*) e as bordas laterais (*kanawa kopain*), próprias das grandes embarcações.

A fase final da confecção de uma canoa (Figura 4) é constituída pela calafetagem com breu preto (*ajawa*) e com estopa da casca do ingá-do-mato (*apulukun*)³⁴ ou então com tiras de tecido, o que garante a sua impermeabilização completa. A proa (*poti*) e a popa (*antikë*) são entalhadas cuidadosamente e apresentam-se levantadas, como o são as canoas dos *maroon/marron*. Contudo, as extremidades das canoas guianenses e surinamenses diferenciam-se das produzidas no Rio Paru de Leste. Apresentam-se profusamente entalhadas e pintadas com os grafismos específicos desses povos de origem africana. Esses padrões integram uma categoria específica (*tembe*) que engloba os objetos artesanais que são apreciados e valorizados de um ponto de vista estético por estes povos³⁵.



Figura 4 – Fase final da fabricação de uma canoa – Aldeia Jolokoman -Fotografia: Van Velthem, 2007.

³⁴ *Protium* spp e *Inga paraensis*, respectivamente.

³⁵ Price (1980), Barthelemy (2009), Polimé (2014).

Instrumentos e objetos industriais, usados na confecção das canoas e em outros contextos, possuem um tratamento específico de incorporação entre os Wayana, tratamento este que diverge daquele que é atribuído aos artefatos manufaturados. Ao chegarem à aldeia os objetos industriais não são imediatamente utilizados, mas amarrados nas vigas das casas por um determinado tempo. Não são particularizados por um nome na língua wayana, mas conservam a identificação atribuída em sua remota origem³⁶. Quando utilizados, não possuem local fixo de armazenamento, e podem ser encontrados, nas aldeias, nos mais diversificados locais, inclusive no porto da aldeia (Velthem, 2002, p. 72).

Para os Wayana, o verbo “fazer/produzir” (*-tihe*) descreve a ação humana quando atua sobre matérias naturais, tais como madeiras, penas, pelos, caniços, folhas, cipós e argila, na produção de artefatos. Um objeto, tal como uma canoa ou um remo, quando em início de fabricação está intimamente conectado às matérias-primas de confecção e, por esse motivo é compreendido em estreita associação com os espaços periféricos da aldeia e os roçados, locais onde esses insumos são armazenados. Ademais, os artefatos em confecção são referidos como elementos que são metaforicamente ocultos (*umakará*) e, portanto, não devem ser mostrados ou apresentados, pois é dado a conhecer apenas o que está concluído (cf. Velthem, 2003). Esse é um dos motivos, mas não o único, porque a confecção de uma canoa é realizada em um local afastado, na periferia da aldeia.

Os processos técnicos que permitem a confecção de um objeto são compreendidos pelos Wayana como atos múltiplos que observam uma sequência. Isso exige uma gestualidade mais ou menos coordenada e repetitiva, aspecto que propicia a terminologia com a qual são identificadas as diferentes técnicas de manu-

³⁶ Como é o caso de “espelho” (*aruá*) termo que vem do tupi e de “terçado” (*sapá*) que teve origem no francês, *sabre*.

fatura. A produção de canoas, a partir de troncos de árvores, possui duas modalidades técnicas de confecção: o entalhe (*tëglei*) que permite conformar a parte externa da canoa e também os bancos e remos, e um tipo de entalhe específico (*tariwai*) e que corresponde à técnica empregada na escavação do interior das canoas.

Canoas e remos recém-concluídos são adjetivados através de um sufixo (*ijan*) que é aplicado a qualquer objeto novo, não desgastado e, portanto, dotado de qualidades estéticas apreciadas e valorizadas. Ao serem empregados (*tëkenanpai*), canoas e remos evidenciam as suas qualidades utilitárias que representam, na realidade, o corolário do processo de fabricação de um artefato, porque lhe confere movimentos. É nessa dimensão que o objeto se socializa, uma vez que o desempenho funcional atesta que determinado artefato está completo e, portanto, se insere no contexto social.

A função primordial de uma canoa é propiciar o deslocamento de pessoas, objetos, produtos alimentares, animais de estimação (Figura 5). Na época da cheia do Rio Paru de Leste que ocorre entre abril e junho, a navegação é efetivada bem próximo às margens por serem as áreas que concentram o maior número de peixes e também por uma questão de segurança. No verão, a estiagem que tem início em outubro e que se prolonga até janeiro é o período propício para a pesca e, nesta atividade, as canoas buscam as zonas centrais do rio. Ao se locomover solitariamente, um homem se aloja na popa, onde pode impulsionar e orientar o trajeto da canoa pelo rio com o auxílio do remo ou, então na proa, às vezes em pé, se vai apenas atravessá-lo (Figura 6). Quando uma família embarca em uma canoa para uma viagem, o pai instala-se na popa e assim a governa; no meio vão as bagagens para conferir estabilidade, local onde também se acomodam a mãe e os filhos pequenos; na proa se alojam os cães e os filhos maiores para remarem e avisarem sobre a localização das perigosas pedras das corredeiras.



Figura 5 – Meninos remando (Fotografia: Van Velthem).



Figura 6 – Jovem remando lentamente, espreitando as águas do igarapé (Fotografia: Van Velthem)

Nas pescarias e nos curtos deslocamentos diários, tais como as visitas às roças e pescarias são empregadas preferencialmente as canoas menores, impulsionadas à remo. As canoas maiores são destinadas às longas distâncias. Estas também podem ser movidas à motor de popa, que começaram a ser utilizados no Rio Paru de Leste apenas na década de 1980. No início eram empregadas “rabetas” de apenas cinco CV, mas atualmente podem ser encontrados motores muito possantes - vinte ou mais CV - instalados em canoas grandes, com nove metros de comprimento, consideradas indispensáveis para as longas viagens. As canoas motorizadas têm a popa recortada e adaptada para receber o motor e, à moda dos barcos dos brancos, podem ser pintadas e nomeadas³⁷ (Figura 7).



Figura 7- Canoa pintada e motorizada no porto da aldeia Jolokoman (Fotografia: Van Velthem)

Para impulsionar as canoas concorrem os remos (*apukuitá*)³⁸ e os varejões (*mará*). O varejão é feito de uma etnovarietade de louro (*milimi*) que fornece varas resistentes e compridas que também são empregadas na confecção dos caibros das coberturas das

³⁷ Foram observadas as designações “Elefante Marinho” e “Sob.marinho” (submarino), a última inscrita em uma longa canoa da aldeia Jolokoman, no médio Rio Paru de Leste.

³⁸ Trata-se de um termo em nheengatu que, ao lado de outras expressões nesta língua, constituem parte integrante do vocabulário atual dos wayana e aparai.

casas de moradia. Os remos são entalhados pelos homens com terçado em madeira de carapanaúba (*epalai*)³⁹ ou então de carapanaúba-branca (*palu epalai*). Possuem uma empunhadura (*epu*), um cabo comprido (*ewaxi*) e uma pá lanceolada (*apokuita*) e medem cerca de um metro e meio de comprimento. A empunhadura mais comum é a reta, porém roliça para não ferir a mão do remador. São também encontradas empunhaduras recortadas e bifurcadas e, por esse motivo, são associadas aos pés do porco caititu (*pakirá pupkan*). A pá dos remos é provida de um fino entalhe que acompanha o bordo. Para os Wayana, trata-se de um recurso “para não fazer barulho quando remar e não espantar os peixes” (Velthem, 1990:111). Um remo desgastado pelo uso é geralmente reciclado para ser aproveitado enquanto uma espátula (*anikatop*), utilizada pelas mulheres na preparação de bebidas fermentadas ou na confecção de farinha de mandioca brava (Figura 8).



Figura 8 – Remo reciclado como espátula. Aldeia Jolokoman (Fotografia: Van Velthem)

³⁹ *Aspidosperma bicolor*.

Em uma aldeia, o porto (*kanawákantop*) é o lugar onde encostam e onde são amarradas as canoas (Figuras 9 e 10). Trata-se de uma área eminentemente pública, onde chegam e saem os moradores, os visitantes e os especialistas rituais. O termo indígena significa “lugar (de tirar água) das canoas” porque antes de serem utilizadas, elas devem ser invariavelmente esvaziadas da água que se acumula pela chuva. Pequenos portos estão direcionados para as residências e são de uso privativo para os banhos e o abastecimento de água. Os remos não permanecem nas canoas, mas se juntam, em feixe, aos arcos e flechas de pescar e, levados para a aldeia, são acondicionados nos jiraus das moradias.



Figura 9 - Canoas grandes e pequenas no porto de Aldeia Apalai (Fotografia: Van Velthem)



Figura 10 - Canoas grandes e pequenas no porto de Aldeia Apalai (Fotografia: Van Velthem)

O ciclo de vida das canoas é longo, porém o constante uso, sobretudo o atrito com as pedras das corredeiras, acaba por produzir fissuras e a danificá-las de modo irreparável. A deterioração dos artefatos é compreendida pelos Wayana como correspondendo às suas “doenças” (*etamexi*) e são comparadas com as enfermidades que afligem os humanos. A percepção dos danos ocorridos nos objetos varia de acordo com a categoria artesanal e, assim, as canoas e os remos quebram ou, metaforicamente, “partem os ossos” da mesma forma que os vasilhames cerâmicos, as cuias, os bancos, as flautas.

As canoas deterioradas são recicladas e reaproveitadas como grandes recipientes de uso doméstico. Uma canoa, para ser adaptada a uma nova função tem as duas extremidades cerradas ou apenas uma delas e, no primeiro caso, recebe laterais de madeira que a transforma em um cocho (*kuluata*). Para ser utilizado, o cocho é instalado na cozinha doméstica, apoiado em suportes feitos de varas de madeira e fincadas no chão. Em seu interior, as mulheres dispõem o ralador e o cocho recebe a massa de mandioca ralada que servirá para a produção de beijus e de bebidas fermentadas (Figura 11).



Figura 11 – Canoa reciclada como cocho. Aldeia Xuixuimënë (Fotografia: Van Velthem)

Deve ainda ser mencionado que o termo kanawa também é empregado para identificar um recipiente que é destinado a preparar e conter bebidas fermentadas⁴⁰, o que é especificado através de um sufixo – okëiné – pois se trata, efetivamente, da canoa que contém cachiri (*okë*). Este utensílio é talhado em um tronco de cedro (*simali*)⁴¹ escavado e queimado, através das mesmas técnicas empregadas para a confecção das canoas. O aspecto desta canoa/recipiente é, contudo, diferente. Assim, possui apenas três metros de comprimento, é mais fundo e apresenta em cada extremidade uma empunhadura arredondada para propiciar possíveis deslocamentos⁴². Quando pronto, o recipiente de bebida é instalado em um local coberto, apoiado em uma armação de grossas varas de madeira. Quando contém cachiri ou outra bebida fermentada é protegido por uma esteira específica (*okapulu*), trançada com a palha de palmeiras. A capacidade deste recipiente é de 100 a 200 litros de bebida (Schoepf, 1979, p. 64).

⁴⁰ Ver Schoepf (1979), Velthem (1996), Camargo (2004) sobre a produção de bebidas fermentadas entre os Wayana.

⁴¹ *Cedrella* spp.

⁴² Em 2018, na aldeia Maxipurimoine foram observadas duas canoas de bebida cujas empunhaduras tinham sido esculpidas de modo diverso, uma reproduzindo a cabeça e a cauda da onça pintada (*kaikui*) e a outra a cabeça e a cauda do gavião real (*piá*).

Entre os Wayana, a mandioca brava (*ulu*) não produz apenas os beijus, alimentos dos humanos, mas é a base para a preparação das bebidas fermentadas, reconhecidas como representando o alimento dos heróis culturais (*kuyulitom*). A mais importante é o cachiri (*okë*) e, por esse motivo, nomeia a categoria que encerra as demais. Algumas bebidas (*hakula* e *umani*) são produzidas à base de beijus, outras de diferentes tubérculos, entre os quais o cará (*napëk*), contudo, a sua preparação é sempre em menor quantidade em relação ao cachiri. As conotações simbólicas e mitológicas das bebidas fermentadas, sobretudo do cachiri são significativas nos rituais porque contribuem para o processo que permite recriar, no presente, os tempos primordiais, como relatado nos mitos (cf. Velthem, 2003).

As canoas, os peixes e a pesca

Como mencionado, as canoas são essenciais para “pegar peixe” (*ká peletse*)⁴³, ou pescar, uma atividade essencialmente masculina que emprega variado instrumental: arco e flecha, harpão, caniço, linha e anzol⁴⁴ e, mais recentemente, malhadeiras. O arco (*haipa*) é confeccionado com pau d’arco e cordel de fios de caroá⁴⁵ e assemelha-se ao que é empregado para as caçadas, porém é mais fino e menor. As flechas (*pilau*), utilizadas na pesca, não possuem emplumação, mas as hastes de cana de ubá podem apresentar-se pintadas com pigmentos vegetais, como o jenipapo⁴⁶. A pintura é negra, porque essa cor tem o poder de atrair os peixes, o que permite capturá-los mais facilmente. Anzóis de metal escuro são os mais apreciados pelo mesmo motivo. As antigas flechas possuíam vareta de

⁴³ Ver listas dos peixes que são pescados e consumidos pelos Wayana em Lapointe (1970); Schoepf (1979); Velthem (1990) e Linke (2019).

⁴⁴ Ver em Velthem (1990) sobre outras formas de pescar entre os Wayana, incluindo pesca com cipó ictiotóxico, armadilhas, com as mãos, com artefatos, com fachos luminosos.

⁴⁵ *Bignoneacea spp.*, *Bromelia karatas*, respectivamente.

⁴⁶ *Gynerium sp* para cana de ubá e *Genipa americana* para o jenipapo.

madeira e ponta de osso de macaco coatá ou guariba⁴⁷, mas no presente pontas e varetas são feitas de metal, aproveitando-se arames e restos de metal, como facas e terçados. O arpão (pilauna) assemelha-se a uma flecha de pesca e sua confecção emprega os mesmos materiais, contudo é mais longo e apresenta um arpão industrial, móvel, preso à haste por um fio de nylon.

Os caniços ou varas (*oká epu*) e as linhas providas de anzóis (*oká ewa*) são os principais instrumentos utilizados para as pescarias. Os caniços compreendem três tipos: *milimi*, *alamixi piliká*, *axixialai*, designações que derivam das matérias-primas empregadas em sua confecção. O material empregado confere a cada uma das varas de pesca um atributo específico: leveza, resistência ou flexibilidade, tornando-a mais adequada para a captura de determinado peixe ou de um conjunto de peixes. O caniço *milimi* é o mais apreciado por ser o mais leve. É feito de uma variedade de louro e pode medir três metros de comprimento, destinando-se a maioria dos peixes. A resistência da vara de pesca *alamixi piliká* a torna apropriada para a pesca das piranhas (*pone*), contudo o caniço *axixiarai*, por ser pequeno, delgado e flexível é sobretudo utilizado para capturar pequenas piabas (*opí*).

A confecção dos diferentes caniços é similar e, assim, após a vara ser cortada na mata, é desentortada na aldeia sob a ação do fogo e posteriormente descascada, mas na extremidade mais robusta é conservado um fragmento de casca, para formar a empunhadura. A linha de pesca e os anzóis são industriais. Um tipo especial de anzol (*oká eali*) é composto de três elementos, aos quais se acrescentam plumas de mutum (*ëwok*) ou tucano (*kiapok*); e é destinado à pesca do tucunaré (*matawale*). No passado usavam linhas de fibras de caroá (*kulaiwait*) bem finas, e anzóis de dente de peixe cachorra (*aikane*)⁴⁸. Os implementos industriais são obti-

⁴⁷ *Ateles sp* e *Alouatta sp*, respectivamente.

⁴⁸ *Hydrolycus scomberoides*.

dos através das redes de troca ou então adquiridos pelo próprio pescador no comércio de Macapá. As mulheres menstruadas não podem tocar nos instrumentos de pesca, pois os possuidores destes instrumentos se tornariam “panema” (*konoto*), e, portanto, incapazes de capturarem qualquer tipo de peixe.

A frequência das pescarias altera-se ao longo do ano, obedecendo ao ciclo das vazantes e das cheias que incide sobre a conformação dos territórios de pesca e da composição das espécies capturadas. As que empregam arcos e flechas são exercidas no auge da estação seca, quando as águas do rio decrescem, um período que principia em meados de outubro e se estende até janeiro. A pesca com caniço é produtiva em um período mais longo, pois tem início em fins de agosto e se prolonga até março (cf. Linke, 2019). Muitos peixes podem ser encontrados em vários lugares ao longo do rio, mas outros são pescados em locais específicos: cachoeiras, igapós, lagos interioranos, em águas rasas ou profundas, na correnteza que se forma no meio do rio.

O elenco da fauna aquática considerada comestível é amplo em termos numéricos; os levantamentos recentes indicam que 49 espécies são pescadas (Linke 2019, p. 396). Contudo, os peixes capturados não são consumidos de modo irrestrito, uma vez que a sua ingestão deve se submeter a um complexo sistema de restrições alimentares, que afeta homens, mulheres e crianças (cf. Velthem, 1996). Na realidade, cada wayana se alimenta daquilo que lhe é permitido em um espectro que considera a sua faixa etária, o seu estado físico ou social, as relações de parentesco e de coabitação.

As restrições alimentares estão relacionadas com a noção de pessoa, enquanto marcadores de uma condição de humanidade que é representada pelo “comer verdadeiramente”, o que significa comer de modo seletivo (Velthem, 1996, p.21). Assim sendo, os grandes peixes de couro, como a pirarara (*kinoloimë*) ou os pei-

xes de cor vermelha como certa piranha, devem ser evitados pelas mulheres porque provocam hemorragias internas (*meúimë*)⁴⁹. Ademais, a mesma pirarara é raramente pescada e consumida porque o aspecto de sua boca é considerado repulsivo. Esta avaliação constitui uma modalidade específica e individual de restrição alimentar porque, ao ficar constantemente enojado, a pessoa evita comer determinada caça ou pescado.

As canoas e os remos, tecnologia e valorização

Para os Wayana, os elementos culturais são, antes de tudo, próprios e apropriados para este povo. Esta acepção, traduzível por “bom para” (*ipokan*), possui um caráter genérico, aplicável a todos os componentes materiais e imateriais da vida indígena, o que permite o estabelecimento de um paralelo com a noção antropológica de cultura (Velthem, 2003 p.219). Diferentes objetos materiais, entre os quais as canoas e os remos, estão encerrados em uma complexa rede de saberes, de propósitos, de práticas, que conformam a classificação que os define. O que é produzido através do conhecimento técnico individual – masculino ou feminino – constitui “o meu feito” (*ëtïpalé*) e, paralelamente, circunscreve a totalidade daquilo que representa o sistema de objetos. Este termo engloba não apenas os remos, as canoas, os adornos, os cestos e a cerâmica e outros objetos miúdos e transportáveis, mas igualmente as aldeias, as casas, os roçados, o beiju de mandioca, as bebidas fermentadas, as frutas e os demais vegetais cultivados e ainda a caça morta, os peixes capturados, os inimigos trucidados. Trata-se de uma proposição ontológica cuja concepção possui base tecnológica (cf. Ingold, 2013).

⁴⁹ *Phractocephalus hemiliopterus* para pirarara e *Characidae spp* para piranha.

Os saberes técnicos para a fabricação de artefatos são adquiridos, entre os Wayana, através da vida social e representam o resultado de uma transmissão, sexualmente diferenciada, cuja base pedagógica é a visualização de um modelo e o contínuo exercício de tentativa e erro. A visão é o sentido que fornece a chave para a compreensão das concepções relacionadas ao conhecimento, porque os olhos representam o principal meio de percepção da realidade, tornando-se o local que guardam os saberes. Neste sentido, a figura invertida perceptível nos olhos (*wayanaman*) é compreendida como sendo o detentor dos saberes. Ademais, é a visibilidade dos objetos, ato que inclui o conhecimento prévio do local em que são armazenados, que referenda a sua condição de componente cultural. Neste sentido, as canoas quando não estão se movimentando pelo rio, devem estar no porto da aldeia e, os remos, acondicionados nos jiraus das residências.

Os conhecimentos individuais de uma pessoa, o seu saber fazer, constitui uma forma de posse, designada como *tuwaron*, que se aplica ao homem que detém uma canoa porque a confeccionou. Outra forma de uma pessoa possuir um objeto específico é referida como *irmató*, e advém de uma relação, da possibilidade de obtê-lo de um parente, como é o caso de um abano que uma mulher recebeu do marido, ou então de trocá-lo por outro artefato ou comprá-lo. Nesta segunda acepção estão em jogo diferentes vias de circulação e de troca que operam quer entre indivíduos de uma mesma família, no circuito restrito de uma aldeia ou em redes de comércio mais amplas que ocorrem no território indígena, como mencionado para as canoas e os remos, ou então, como sucede presentemente nas idas dos Wayana aos centros urbanos.

Nas coletividades indígenas amazônicas, a apreensão da materialidade se adequa a um quadro de modelos estéticos, culturalmente reconhecidos, que podem estar atrelados às noções de

propriedade e de valorização em registros que remetem tanto a uma ideia de opulência ou “riqueza”⁵⁰ quanto de ornamentação ou de “enfeite” (*imakhe*) como ocorre entre os Wayana⁵¹. Segundo esses últimos, esta categorização só se aplica, no caso dos artefatos, se os mesmos reunirem alguns predicados: serem executados por wayana, com as matérias primas adequadas, estarem concluídos e assim providos de uma forma definida, terem uma função determinada e regras especiais de uso e, ainda, local de armazenamento apropriado, no espaço da comunidade.

Destaca-se em uma aldeia wayana muitos objetos se enquadrando nesta acepção, entre os quais o tipiti e o remo: foram feitos por homens com materiais apropriados, são dotados de uso específico - espremer a massa de mandioca e impulsionar as canoas - e ambos possuem local de acondicionamento próprio, o tipiti na cozinha e o remo na casa de seu possuidor. Contudo, da mesma forma que o tipiti, o remo não constitui em si mesmo um “enfeite”, mas ornamenta aquilo que o contém ou que lhe serve de apoio, o que permite destacar uma relação que esta, sim, é estética. Consequentemente, qualquer objeto utilitário, roça, casa, aldeia, constitui o ornamento de outro elemento e o que determina essa relação ou melhor, o que consagra esse ato é a adequação entre continente e conteúdo. Desta forma, o tipiti “enfeita” a cozinha e o remo, uma canoa, a qual por sua vez é o “enfeite” do porto da aldeia, porto este que “enfeita” a aldeia e, esta, o rio Paru de Leste.

Contrabalançando este quadro, observa-se que a confecção não wayana de um artefato, assim como as possibilidades de um uso indiscriminado constituem elementos que identificam os bens industriais e os classificam enquanto “não enfeite” (*imakhé tapek*). Como mencionado, estes elementos não são nomeados nem possuem um local de armazenamento definido. Ademais, por serem

⁵⁰ Este é o caso dos Kayapó (Mebêngôkre), do sul do Pará que possuem tradicionalmente, além de nomes considerados bonitos, um conjunto de objetos, adornos e prerrogativas cerimoniais de grande valor cultural, os *nêkrêjx*, descritos como “riqueza” (Gordon, 2009).
⁵¹ Como discutido amplamente em Velthem (2003).

produzidos pelos brancos são identificados como “feitos pelos inimigos”⁵², e exemplos paradigmáticos são os terçados, as espingardas. Deve ser ressaltado que essa complexa e particular concepção era frequente no discurso wayana há dez ou quinze anos, quando ainda estavam vívidos os embates com os brancos no passado, e também porque, na ocasião, se sentiam ameaçados por uma leva de garimpeiros que haviam adentrado seu território à partir da bacia do Rio Jari. No presente esta percepção se atenuou e os objetos dos brancos são almejados.

A partir de meados da década passada, as frequentes visitas à Macapá e o afluxo monetário propiciado a algumas famílias se traduziu em ampla aquisição de artefatos manufaturados e bens industriais, o que alterou a apreensão wayana da materialidade, mas não a essência desta compreensão. Os bens manufaturados e industrializados, passaram a ser classificados, também, a partir de termos em português, a saber “original” e “importado”, (cf. Velthem, 2010). Trata-se de uma classificação que observa, em linhas gerais, a oposição binária atribuída de modo exclusivo aos artefatos produzidos pelos Wayana, como visto anteriormente.

O termo “original” se refere àquilo que é considerado como sendo próprio dos Wayana, como é o caso de um artefato produzido manualmente que se enquadra na acepção aludida, como é o caso das canoas, dos remos, dos cochos, dos cestos e muitos outros objetos. Extremamente importante é o fato de um artefato “original” ser considerado durável, o que permite um uso constante. Ademais, segundo esse pressuposto, o objeto “original” seria dotado de uma “longa duração”, o que significa que pode ser reciclado, passando a ter outra utilidade, como é o caso das canoas e remos, que se transformam, respectivamente, em cochos e espátulas. O termo “original” identifica também um produto industrial

⁵² Cf Velthem (2002) para um aprofundamento desses aspectos.

de qualidade e que permite um reaproveitamento, como ocorre com os terçados. Nos dois casos a apreciação é valorativa⁵³.

Em outro extremo, observa-se que determinados artigos são rotulados como “importados”, devido a percepções diversificadas. Trata-se de um termo que é usado para indicar que um objeto industrial é de baixa qualidade, que logo se deteriora. Tais objetos são, geralmente, adquiridos em lojas de artigos importados em Macapá. Esta identificação aponta, também, para a existência de uma alteração nos artefatos considerados “originais”, mas não pelo fato de terem origem alógena. Assim, a designação “importado” identifica os artefatos wayana que não possuem as mesmas qualidades técnicas, estéticas, materiais que são atribuídas aos “originais”, porque são destinados a serem comercializados em lojas dos centros urbanos. Em consequência, artefatos “importados”, produzidos pelos Wayana, são aqueles que sofreram reelaborações, tornando-se miniaturizados ou agigantados, foram realizados com matérias-primas substitutas, são mal elaborados ou acabados, elementos que caracterizam os objetos destinados à venda. Ademais, ao serem vendidos, é perdido o controle sobre sua utilização e local de armazenamento, o que remete esses artefatos à categoria dos “não enfeites”.

Como mencionado, o termo “importado” designa, efetivamente, uma categoria que identifica bens materiais que não possuem uma apreciação valorativa, quer sejam eles produzidos pelos Wayana ou pelos brancos. Entretanto, nem todas as matérias e objetos industrializados ou confeccionados por outros povos são desconsiderados aos olhos deste povo indígena, na realidade muitos deles podem ser altamente valorizados, como foram no passado as canoas e os remos e que no presente, integram a categoria *ipokan* porque são próprios e apropriados para os Wayana.

⁵³ Segundo Barbosa (2002:10) esse rótulo se conecta igualmente ao modo como os Wayana e Aparai apreendem o interesse de sua autenticidade cultural por parte das agências assistenciais e órgãos financiadores, assim como por antropólogos e linguistas, e também comerciantes.

Concluindo: a circulação de objetos

Esse texto enfocou brevemente as relações históricas ocorridas no Planalto das Guianas para destacar que as canoas e os remos empregados pelos Wayana constituem o resultado de trocas - comerciais, sociais, de saberes - que foram estabelecidas no passado entre este povo e os povos *maroon/marron* da Guiana Francesa e Suriname. Destacou que canoas, remos, recipientes de bebida são testemunhos de saberes especializados, relacionados com conhecimentos sobre a diversidade de matérias-primas de origem vegetal e com técnicas de manufatura, necessárias para a sua produção.

Ao se refletir sobre os fatores relacionados com a circulação de bens materiais nas relações de trocas interculturais, como é operada na região das Guianas, uma das questões centrais apontadas é que nessa região, devem ser sempre considerada a “noção de rede” o que permite ampliar o foco das análises e assim apreender espaços de mediação entre esferas que são normalmente compreendidas como separadas (Gallois (2005, p. 15).

Examinando a noção de rede, conectada de modo particular aos objetos materiais é possível supor que estes circulavam, na região guianense, apenas nos circuitos que determinavam e nos quais eram determinantes (cf. Velthem, 2012). O papel decisivo dos objetos inseridos nas amplas redes de intercâmbio adviria, justamente, do fato de serem especiais e, portanto, requisitados. Este é o caso dos bens oriundos da especialização artesanal, tais como as redes de fios de algodão para os Wayana, e arcos e outros objetos para os demais povos de língua karib da região das Guianas. Neste território, objetos culturais, ao se constituírem em prerrogativas de diferentes povos, se destacavam não apenas pelos aspectos materiais e técnicos, mas também pelo fato de se conec-

tarem, invariavelmente, à mitologia e a cosmologia, assim como à esquemas sociais e políticos.

As extensas redes de troca da região das Guianas eram pontuadas e integradas tanto pelos “objetos de troca” ou de comércio como pelos “objetos de viagem” que eram absolutamente indispensáveis para a concretização da circulação das pessoas, envolvidas nessas redes (Velthem, 2012, p. 61). Conjectura-se que em determinados contextos essas duas categorias de objetos podiam sofrer mudança conceitual e, assim, um objeto de viagem se tornava de troca e vice-versa. Esse foi certamente o caso de certos remos - objetos de viagem por excelência, pois indispensáveis para impulsionar as canoas, que foram trocados ou adquiridos por cientistas viajantes e, assim, passaram a integrar coleções museológicas⁵⁴.

Ao se deslocar em uma rede de intercâmbio, um objeto o faz tanto geográfica como socialmente, o que ocorre tanto no espaço como no tempo. Nesse processo, o artefato pode sofrer alteração conceitual e prática, a partir de novos significados, valores, usos e funções que lhe são atribuídos durante a viagem. Em tais casos, muitos objetos manufaturados não chegavam a seu destino com os atributos originais, pois durante o percurso se alteravam. As principais modificações eram devidas a supressões em sua estrutura ou então acréscimos materiais, tais como a imposição de marcas, uma atividade que é recorrente nos contextos das redes de troca na Amazônia e em outros lugares (Velthem, 2012, p. 60).

Canoas e remos, constituem elementos estratégicos nos deslocamentos, participando da produção de alimentos, assim como contribuem para efetivar relações sociais e comerciais. Como se desgastam, são transformados e reciclados, e, assim, canoas e remos podem passar da esfera masculina, onde seu uso é marcado

⁵⁴ Este é o caso de dois remos, coletados pelo geógrafo alemão Otto Schulz Kampfenkel (1935 -1937) em viagem ao rio Jari e conservados no Museu Paraense Emílio Goeldi. Apesar de serem identificados como sendo de procedência Aparai e Wayana, seu aspecto formal atesta uma origem muito diversa, pois a comparação com imagens de remos dos *maroon/marron* indica que foram estes os confeccionadores desses artefatos.

pela mobilidade, para a feminina na qual mudam de função e assim se imobilizam na aldeia, sendo utilizados no processamento da mandioca brava na produção de alimentos e de bebidas, as quais fermentam em recipientes que também são canoas. Embora sejam elementos alógenos, pois sua origem está entre outros povos, canoas e remos foram incorporados nas categorias de valor que identificam os produtos culturais que são essencialmente wayana. Desta forma, as canoas podem embelezar o porto de uma aldeia e os remos, por sua vez, enfeitarem as canoas.

Referências

AHLBRINK, W. **ENCYCLOPAEDIE DER KARAÏBEN**. AMSTERDAM : 1931. TRADUIT DU NÉERLANDAIS PAR DOUDE VAN HERWIJNEN, PARIS,1956.

ARNOLD, B.. **LES CANOËS EN ÉCORCE D' AMÉRIQUE DU SUD: DE L' AMAZONIE À LA TERRE DU FEU**. LE LOCHEM EDITIONS G D' ANCRE, 2017.

BARBOSA, G. C. **FORMAS DE INTERCÂMBIO, CIRCULAÇÃO DE BENS E A (RE) PRODUÇÃO DAS REDES DE RELAÇÕES APARAI E WAYANA**. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, PPGAS/FFLCH/USP, SÃO PAULO 2002.

BARBOSA, G. C. DAS TROCAS DE BENS. IN: GALLOIS (ORG) **REDES DE RELAÇÕES NAS GUIANAS**. SÃO PAULO: ASSOCIAÇÃO EDITORIAL HUMANITAS, FAPESP, 59-111,2005.

BARBOSA, G. C. **OS APARAI E WAYANA E SUAS REDES DE INTERCÂMBIO**. TESE DE DOUTORADO, PPGAS/USP, SÃO PAULO,2007.

BARTHELEMY, K. **DEN TAKI FOE A TEMBE**. LES PAROLES DU TEMBE. CAYENNE : ÉDITIONS ROGER LE GUEN, 2009.

BONNOT, TH. **LA VIE DES OBJETS D'USTENSILES BANALS À OBJETS DE COLLECTION.** PARIS: EDITIONS DE LA MAISON DES SCIENCES DE L'HOMME, 2002.

CAMARGO, E., RECETTES DE BIÈRE DES WAYANA (GUYANE FRANÇAISE, SURINAME, BRÉSIL). ERIKSON, PH. (ORG) **LA PIROGUE IVRE. BIÈRES TRADITIONNELLES EN AMAZONIE.** MUSÉE DE LA BIÈRE, 2004.P.134 -37.

COLLOMB, G. (ED) **LES INDIENS DE LA SINNAMARY.** JOURNAL DU PÈRE DE LA MOUSSE EN GUYANE (1684-1691) PARIS, ÉDITIONS CHANDAIGNE, 2006.

COUDREAU, H. **CHEZ NOS INDIENS: QUATRE ANNÈES DANS LA GUYANE FRANÇAISE (1887-1891).** PARIS: HACHETTE, 1893.

CREVAUX, J. **LE MENDIANT DE L'ELDORADO. DE CAYENNE AUX ANDES 1876-1879.** PARIS: ÉDITIONS PHÉBUS. 1987

FARAGE, N. **AS MURALHAS DOS SERTÕES: OS POVOS INDÍGENAS NO RIO BRANCO E A COLONIZAÇÃO.** RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 1991.

FRIKEL, P. **Os TIRIYÓ: SEU SISTEMA ADAPTATIVO.** HANNOVER: KOMMISSION VERLAG MÜNSTERMAN DUCK, 1973.

FRANÇOIS, S. **PIROGUES DE GUYANE. INVENTAIRE GENERAL DU PATRIMOINE CULTUREL.** RÉGION GUYANE. MATOURY: IBIS ROUGE, 2015.

GALLOIS, D. **MIGRAÇÃO, GUERRA E COMÉRCIO: OS WAIÁPI NA GUIANA.** SÃO PAULO: FFLCH/USP (ANTROPOLOGIA 15), 1986.

GALLOIS, D. (ORG). **REDES DE RELAÇÕES NAS GUIANAS.** SÃO PAULO: ASSOCIAÇÃO EDITORIAL HUMANITAS/FAPESP, 2005.

GOEJE, C. H. DE. BEITRÄGE ZUR VOLKERKUNDE VON SURINAM. **INTERNATIONALES ARCHIV FÜR ETHNOGRAPHIE,** LEIDEN, 1910, p. 1-34.

GORDON, C. **O VALOR DA BELEZA: REFLEXÕES SOBRE UMA ECONOMIA ESTÉTICA ENTRE OS XIKRIN (MEBENGOKRE-KAYAPÓ).** BRASÍLIA: UNB, (SÉRIE ANTROPOLOGIA, V. 424), 2009.

GOW, P. THE PIRO CANOE. A PRELIMINARY ETHNOGRAPHIC ACCOUNT. IN: **JOURNAL DE LA SOCIÉTÉ DES AMERICANISTES**, 98, n.1 p. 39-61, 2012.

GRÉBERT, R. LES ROUCOUYENNES. **REGARD SUR LES AMÉRINDIENS DE LA GUYANE FRANÇAISE E DU TERRITOIRE DE L'ININI EN 1930**. CAHORS: IBIS ROUGE EDITIONS, 2001, p. 18-109.

GRENAND, F.& GRENAND, P. LES AMÉRINDIENS DE GUYANE FRANÇAISE AUJOURD'HUI. ÉLÉMENTS DE COMPRÉHENSION. IN: **JOURNAL DE LA SOCIÉTÉ DES AMERICANISTES**, 66, p. 361-382. 1979.

HURAUULT, J. M. **LA VIE MATÉRIELLE DES NOIRS RÉFUGIÉS BONI ET DES INDIENS WAYANA DU HAUT-MARONI (GUYANE FRANÇAISE)**. PARIS: ORSTOM, 1965.

HURAUULT, J. M. **LES INDIENS WAYANA DE LA GUYANE FRANÇAISE : STRUCTURE SOCIALE ET COUTUME FAMILIALE**. PARIS, ORSTOM, n.3 1968.

HURAUULT, J.M. **FRANÇAIS ET INDIENS EM GUYANE 1604-1972**. PARIS:UNION GÉNÉRALE D'ÉDITIONS, 1972.

HURAUULT, J. M., GRENAND, F., GRENAND, P.**INDIENS DE GUYANE. WAYANA ET WAYAMPI DE LA FORÊT**. PARIS, EDITIONS AUTREMENT/ORSTOM, 1998.

INGOLD, T. **MARCHER AVEC LES DRAGONS**.ZONES SENSIBLES. PARIS: POINTS, 2013.

LAGROU, E., VELTHEM, L. H.VAN. **ARTES INDÍGENAS: OLHARES CRUZADOS**. BIB, n. 87, 3, SÃO PAULO, 2018, p. 133-156.

LAPOINTE, J. **RESIDENCE PATTERNS AND WAYANA SOCIAL ORGANIZATION**. TESE DE DOUTORADO. ANN ARBOR: COLUMBIA UNIVERSITY,1970.

LINKE, I. VAN VELTHEM. **KULONKOM PĒTUKU KUTĪTĒI/KURE KYNONORY KO RIKO**. "CUIDANDO DA NOSSA TERRA": A PNGATI, OS WAYANA E OS APARAI. TESE DE DOUTORADO. BELÉM: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, PPGCA,2019.

NEWTON, D. INTRODUÇÃO - CULTURA MATERIAL E HISTÓRIA CULTURAL. IN. RIBEIRO, B. (ED) **SUMA ETNOLÓGICA BRASILEIRA**. v. 2 TECNOLOGIA INDÍGENA. PETRÓPOLIS: VOZES/FINEP, 1986, p. 15-25.

NICOLIZAS, C. **DE L'ARBRE À LA PIROGUE. LA NAVIGATION COMME FAIT PREMIER DE LA CIVILIZATION AMÉRINDIENNE**. THÈSE DE DOCTORAT, PARIS, EHESS, 2020.

NIMUENDAJU, C. MAPA ETNO-HISTÓRICO. RIO DE JANEIRO: IBGE, 1981.

POLIMÉ, T. MAROON ART AND TEXTILES. **LINKED HERITAGE. AN EXHIBITION FROM THE AMAZONIAN MUSEUM NETWORK**. CAYENNE: MUSÉE DES CULTURES GUYANAISES 2014.

PORRO, A. MERCADORIAS E ROTAS DE COMÉRCIO INTERTRIBAL NA AMAZÔNIA. **REVISTA DO MUSEU PAULISTA**, NS VOL. XXX SÃO PAULO: USP, 1985, p. 7-12.

PRICE, S., PRICE, R. **AFRO-AMERICAN ARTS OF THE SURINAME RAIN FOREST**. LOS ANGELES: UNIVERSITY OF CALIFORNIA PRESS. 1980.

PRICE, R. , PRICE,S. **LES MARRONS**. CULTURES EN GUYANE. VENTS D'AILLEURS, 2003.

RIBEIRO, B. **DICIONÁRIO DO ARTESANATO INDÍGENA**, BELO HORIZONTE, ITATIAIA; SÃO PAULO, EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1988.

RICARDO, C. A. GALLOIS, D. (COORDS). **LEVANTAMENTO: POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, AMAPÁ/NORTE DO PARÁ**. V.3 SÃO PAULO: CEDI, 1983.

SANTOS-GRANERO, F. (ORG). **THE OCCULT LIFE OF THINGS**. NATIVE AMAZONIAN THEORIES OF MATERIALITY AND PERSONHOOD. TUCSON: THE UNIVERSITY OF ARIZONA PRESS, 2009.

SCHOEPF, D. HISTORIQUE ET SITUATION ACTUELLE DES INDIENS WAYANA-APARAI DU BRÉSIL. IN: **BULLETIN DU MUS. D'ETHNOGRAPHIE DE GENÈVE**, 5: 33-64, 1972.

SCHOEPF, D. **LA MARMITE WAYANA**. CUISINE ET SOCIÉTÉ D'UNE TRIBU D'AMAZONIE. GENÈVE: MUSÉE D'ETHNOGRAPHIE, 1979.

SPEISER, F. IM **DÜSTER DES BRASILIANISCHEN URWALDS**. STUTTGART: VERLAG STRECKER UND SCHRÖDER, 1926.

STEDMAN, J. [1796] **NARRATIVE OF AN EXPEDITION AGAINST THE REVOLTED NEGROES OF SURINAM IN GUIANA, ON THE WILD COAST OF SOUTH AMERICA, FROM THE YEAR 1771 TO 1777**. MASSACHUSETTS UNIVERSIT PRESS, 1972.

TONY, C. [1763] **VOYAGE À L'INTERIEUR DU CONTINENT DE LA GUYANE CHEZ LES INDIENS ROUCOYENS**. NOUVELLES ANNALES DE VOYAGE, PARIS, 1843, p. 213-235.

VELTHEM, L. H. VAN. OS WAYANA, AS ÁGUAS, OS PEIXES E A PESCA. **BOLETIM MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI**, N.S. ANTROPOLOGIA, 1990, p. 107-116.

VELTHEM, L. H. VAN. "COMER VERDADEIRAMENTE": PRODUÇÃO E PREPARAÇÃO DE ALIMENTOS ENTRE OS WAYANA. IN: **HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS: COMIDA**, PORTO ALEGRE: ANO 2, 4:10-26, 1996.

VELTHEM, L. H. VAN. "FEITO POR INIMIGOS". OS BRANCOS E SEUS BENS NAS REPRESENTAÇÕES WAYANA DO CONTATO. IN: ALBERT, B. E RAMOS, A.R. **PACIFICANDO O BRANCO: COSMOLOGIAS DO CONTATO NO NORTE AMAZÔNICO**. SÃO PAULO: EDITORA UNESP/ IMP. OFICIAL DO ESTADO, 2002 p. 61-83.

VELTHEM, L.H VAN. **O BELO É A FERA. A ESTÉTICA DA PRODUÇÃO E DA PREDAÇÃO ENTRE OS WAYANA**. LISBOA: MUSEU NACIONAL DE ETNOLOGIA/ASSIRIO E ALVIM, 2003.

VELTHEM L.H. VAN. OS "ORIGINAIS" E OS "IMPORTADOS": REFERÊNCIAS SOBRE A APREENSÃO WAYANA DOS BENS MATERIAIS. IN: MÜNZEL, M. (ORG) **INDIANA 27**, DOSSIER: IDENTIDADES VOLITIVAS: ANTROPOLOGIA SUDAMERICANA DA AMAZÔNIA INDÍGENA, BERLIN, 2010.

VELTHEM L.H. VAN VELTHEM L. H. VAN. O OBJETO ETNOGRÁFICO É IRREDUTÍVEL? PISTAS SOBRE NOVOS SENTIDOS E ANÁLISES. **BOLETIM DO MUSEU PAR. EMÍLIO GOELDI**. CIÊNCIAS HUMANAS, v. 7 N.1, 2012, p. 51-66.

VIDAL, L. AS ARTES INDÍGENAS E SEUS MÚLTIPLOS MUNDOS. **REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**, 29, 2001, p. 10-41,

VIDAL, L., SILVA, A.L. ANTROPOLOGIA ESTÉTICA: ENFOQUES TEÓRICOS E CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS. VIDAL, L. (ORG) **GRAFISMO INDÍGENA. ESTUDOS DE ANTROPOLOGIA ESTÉTICA**. SÃO PAULO, STUDIO NOBEL/ FAPESP/EDUSP, 1992, p 279-293.